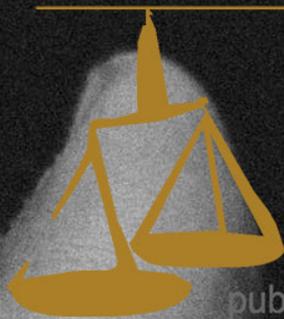


Justiça em

Edição 76
Ano XIV - abril - 2020



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo



BIÊNIO 2020-2022

Entrevista exclusiva com o novo Diretor do Foro
Juiz Federal Márcio Ferro Catapani

NESTA EDIÇÃO

Laboratório de Inteligência Artificial
Tratado Brasil-Japão
Justiça no Cinema

Biblioteca no Espaço de Inovação
Práticas Sustentáveis nos Fóruns do Interior
Sedentarismo

BIÊNIO 2020 - 2022

Este é o primeiro editorial que escrevo como Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo para o biênio 2020-2022. É uma honra estar a frente da gestão pública da maior Seção Judiciária do Brasil. Sei, também, que eu e meus vice-diretores, os juizes federais Letícia Dea Banks (capital) e Samuel de Castro (interior), teremos grandes desafios pela frente, mas temos também a certeza de que os servidores que compõem os diversos setores administrativos da Justiça Federal estarão ao nosso lado para nos auxiliar a promover uma instituição cada vez melhor. Além disso, compartilho com os demais magistrados e servidores a confiança depositada nesta nova equipe, e desde já quero que todos tenham ciência de que as portas da Diretoria do Foro estão abertas para juntos encontrarmos soluções para uma prestação jurisdicional eficiente.

Mal começamos a gestão e já estamos enfrentando um desafio mundial nunca antes enfrentado no Poder Judiciário, a pandemia do Covid-19. Em conjunto com o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador federal Mairan Maia, tive-

mos de tomar decisões urgentes para preservar a saúde dos nossos juizes e servidores.

Apesar da suspensão dos prazos processuais, o trabalho não parou. As varas e áreas administrativas planejaram e implantaram o teletrabalho com suas equipes, os atendimentos presenciais foram substituídos por mensagens eletrônicas. Varas, juizados, gestão de pessoas, financeiro, planejamento, informática, comunicação, contratos, apoio judicial, treinamento e muitas outras áreas mantiveram suas atribuições, ou seja, o trabalho não parou, apenas mudou a forma pela qual é realizado. Isso mostra o quanto somos capazes de mudar e nos adaptar.

Quando o Covid-19 deixar de ser uma pandemia, estou certo de que teremos aprendidos lições valiosas, não só na forma de trabalhar, mas também em nossa vida social e familiar. Nossa resiliência está sendo colocada à prova. Tenho participado e acompanhado de perto as decisões que são tomadas e vejo que a Justiça Federal de São Paulo está cumprindo o seu papel de forma competente, visto que a natureza do nosso serviço é essencial.

A Seção Judiciária de São Paulo é extensa, por isso peço a todos que acompanhem nossos canais oficiais: o Em Tempo, a Justiça em Revista, a TV Corporativa e a intranet. Esses canais são fundamentais para que a Diretoria do Foro possa integrar todas as unidades da Seção Judiciária e promover uma gestão transparente e participativa.

Para finalizar, seguem os assuntos que serão abordados nesta edição da Justiça em Revista: em destaque uma entrevista na qual apresento o novo corpo diretivo e as ações, em sintonia com o TRF3, que temos adotado e aquelas que desejamos aprimorar para a melhoria da prestação jurisdicional, sem perder de vista as restrições orçamentárias em que estamos inseridos. Temos também ótimos conteúdos que tratam do Laboratório de Inteligência Artificial, as iniciativas que geram economia nos fóruns do interior, o combate ao sedentarismo e muito mais.

Boa Leitura a todos!

Márcio Ferro Catapani
Juiz Federal Diretor do Foro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de São Paulo

Márcio Ferro Catapani
Juiz Federal Diretor do Foro

Letícia Dea Banks
**Juíza Federal Vice-Diretora do Foro
(capital)**

Samuel de Castro
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(interior)**

Marcia Tomimura
Diretora da Secretaria Administrativa

**Subsecretaria de Comunicação,
Conhecimento e Inovação**
Gisele Molinari Fessore (diretora)

Núcleo de Comunicação Social
Hélio Martins Júnior (diretor)

Seção de Multimídia e Audiovisual
Javã de Carvalho (supervisor)
Edson Nagase
Mariana Galluzzi de Sá

**Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa**
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Sergio Ricardo Quaranta

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174
Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de modelos de inteligência artificial (IA) que contribuam para o aprimoramento dos serviços judiciais e administrativos no âmbito da 3ª Região – esse é o objetivo da criação do Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada da 3ª Região, o LIAA-3R.

O Laboratório funcionará por meio de uma parceria permanente entre os laboratórios de inovação do TRF3 (iLabTRF3) e da Seção Judiciária de São Paulo (iJuspLab), formalizada com a publicação da Portaria Conjunta PRES/DFOR nº 1/2020. O normativo ressalta, entre outros pontos, a importância dos princípios constitucionais da eficiência no serviço público e do dever do Estado em estimular o fortalecimento da inovação nos entes públicos.

Para o juiz federal Caio Moysés de Lima, que atualmente coordena dois projetos no LIAA-3R, é possível, mesmo em condições de escassez de recursos, promover aperfeiçoamentos que assegurem a eficiência e a inovação. “O processo judicial eletrônico e a revolução iniciada há mais ou menos dez anos no campo da inteligência artificial oferecem uma rara oportunidade para repensar modelos organizacionais e modernizar ferramentas de trabalho. O uso de IA, em especial, pode trazer maior eficiência na execução de tarefas repetitivas, liberando a força de trabalho para a realização de atividades que exigem atenção e análise individualizadas”.

O LIAA-3R será integrado por uma



equipe multidisciplinar formada por juízes e servidores indicados pelos coordenadores dos laboratórios do TRF3 e da SJSP. Além disso, poderão ser convidados outros magistrados e servidores, advogados, partes, Ministério Público, universidades, centros de pesquisa e outros agentes de inovação para colaborar nas atividades e projetos.

“O que faz a diferença, hoje em dia, é, principalmente, o conhecimento sobre a área na qual o modelo de inteligência artificial vai atuar, no caso do Poder Judiciário, traduz-se no conhecimento jurídico de magistrados e servidores. Portanto, os projetos com maior chance de sucesso não serão aqueles criados com exclusividade pelas áreas de TI, mas os que puderem contar com uma equipe multidisciplinar que envolva principalmente os potenciais usuários dos modelos a serem desenvolvidos”, pontuou Caio Moysés.

No Poder Judiciário brasileiro já existem várias iniciativas que têm utilizado a inteligência artificial, como o Projeto Victor, do STF em parceria com a UnB; as ferramentas Sócrates e Athos (STJ); a plataforma SINAPSES (TJ/RO e CNJ); o sistema ELIS (TJ/PE e CNJ); entre outros.

No âmbito dos Tribunais Regionais Federais, o uso da inteligência artificial ainda é incipiente. Contudo, em menos de dois meses de existência, o LIAA-3R já implementou e submeteu ao CNJ o seu primeiro projeto, a SINARA - um algoritmo de inteligência artificial desenvolvido para identificar textos jurídicos como leis, artigos, alíneas, entre outros. A ideia é facilitar a pesquisa por assuntos, jurisprudência, e trabalhar essas informações para melhor gerenciar o trabalho das varas e gabinetes.

“O CNJ disponibilizou uma plataforma em que servidores de diversos tribunais já estão testando nosso algoritmo. Nessa plataforma de testes (SINAPSES) o usuário escreve um texto e a SINARA retorna com uma lista de todos os dispositivos normativos e precedentes. O algoritmo atingiu resultados tão interessantes que está ganhando visibilidade bem rápido entre os servidores que trabalham com IA”, afirmou o servidor do TRF3 e gestor técnico no LIAA-3R, Fábio Collado. ■

SINAPSES

O sistema SINAPSES é uma plataforma para desenvolvimento e disponibilização em larga escala de modelos de inteligência artificial, também comumente conhecido como “Fábrica de Modelos de IA”. O objetivo da plataforma é prover um mercado de modelos para serem utilizados no PJe e possibilitar que cada tribunal possa construir seus próprios modelos, compartilhá-los e consumir os de outros tribunais.

ACONTECEU – FEVEREIRO/MARÇO



E-VARA – Foi realizada no dia 3/2 a solenidade de lançamento do Programa e-Vara, com a implantação da Central de Processamento Eletrônico na Justiça Federal de Santos. 



MAUÁ - No dia 5/2 foi inaugurado o novo prédio do Fórum em Mauá, adquirido pela Justiça Federal em 2019 com o objetivo de diminuir os gastos com aluguéis.



SANTO ANDRÉ – Aconteceu no dia 7/2 a solenidade que comemorou a destinação do prédio-sede do Fórum de Santo André à JFSP.



MEMÓRIA - No dia 10/2 foi inaugurado o Centro de Memória do TRF3



INAUGURAÇÃO – O TRF3 inaugurou, em 17/2, o seu Laboratório de Inovação (iLabTRF3), que funcionará no 2º andar do Edifício Funcef Center.



PRÊMIO - O TRF3 recebeu, no dia 18/2, a premiação por ter vencido em três categorias na 10ª Edição do “Conciliar é Legal”, do CNJ.



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.



CEJURE - O Centro de Justiça Restaurativa (Cejure) realizou, no dia 20/2, um círculo de celebração para apresentar o novo espaço que será utilizado em suas reuniões, no 11º andar do Fórum Pedro Lessa.



FILOJUS - Foi inaugurado no dia 28/2 o Laboratório de Pesquisa Filológica da Justiça Federal da 3ª Região, o Filojus.



DIA DA MULHER - No dia 10/3 foi promovido o “I Workshop em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher”, no auditório do Fórum de Execuções Fiscais, na capital.



PREVENÇÃO - O TRF3, por meio das Portarias Conjuntas 1, 2, 3 e 4, adotou várias medidas no âmbito da 3ª Região para atender as recomendações das autoridades de saúde a fim de conter a disseminação do Covid-19 no Brasil.



ACORDO - No dia 27/2, o TRF3 e a JFSP assinaram acordo na área de inovação com a Dataprev para a utilização da plataforma de gestão IdeiaX, mantida pela organização.



POSSE - No dia 2/3 foi realizada a solenidade de posse dos novos dirigentes do TRF3 para o biênio 2020-2022 na Sala São Paulo.



VISITAS - Nos meses de fevereiro e março, representantes de diversos órgãos e instituições conheceram o Espaço de Inovação e Inteligência e os projetos desenvolvidos no iJuspLab.



REUNIÃO - Em 21/3, o desembargador federal Mairan Maia, presidente do TRF3, e demais chefes de Poderes do Estado, reuniram-se no Palácio dos Bandeirantes com o governador João Dória para discutir ações de enfrentamento ao coronavírus em todas as regiões de São Paulo.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 

12/03 - CASAL DE EQUATORIANOS É CONDENADO POR TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS - Os estrangeiros aliciados pelos equatorianos eram submetidos a jornadas de 10 a 12 horas e recebiam cerca de R\$ 20 por dia para subsistência. O salário não era pago, contrariando as leis trabalhistas brasileiras, e os empregadores restringiam a locomoção das vítimas, que só podiam sair acompanhadas. Além disso, eram mantidas num alojamento com câmeras e tinham documentos e objetos pessoais retidos pelos réus. 

09/03 - DOZE PESSOAS SÃO CONDENADAS POR FRAUDES NO USO DA LEI ROUANET - Doze pessoas foram condenadas a penas que variam de 4 a 19 anos de reclusão, pela prática de ilícitos na contratação e execução de projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC) no âmbito da Lei Rouanet, com desvios estimados em R\$ 21 milhões por meio de organização criminosa liderada pelo grupo empresarial Bellini Cultural, colaboradores e empresas patrocinadoras, tudo em troca de vantagens indevidas. 

05/03 - CONSTRUÇÃO EM ÁREA PRÓXIMA À ALDEIA INDÍGENA TERÁ DE SER AVALIADA - Em audiência de conciliação, ficou acordado que a empresa ré, Tenda S/A, apresentará o projeto a ser realizado no terreno próximo à terra indígena Jaraguá e ao Parque Estadual do Jaraguá para apreciação das partes. Por fim, será dada vista ao Ministério Público Federal, autor da ação civil pública, e às Defensorias Públicas do Estado de São Paulo e da União, autoras da tutela cautelar antecedente, para decisão posterior do Juízo. 

20/02 - AÇÃO PARA COBRANÇA DE DÍVIDA DA ARENA ITAQUERA É SUSPENSA POR 60 DIAS - Atendendo a um novo pedido conjunto das partes, o juiz federal Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Cível Federal de São Paulo, suspendeu por mais 60 dias a ação de cobrança de título extrajudicial movida pela Caixa Econômica Federal contra a Arena Itaquera S/A, relativa à dívida de cerca de R\$ 536 milhões decorrente do financiamento da obra de construção do

estádio. A decisão é do dia 5/2. 

19/02 - EX-PREFEITO DE SÃO BERNARDO É ABSOLVIDO E DOIS SÃO CONDENADOS - A Justiça Federal absolveu o ex-prefeito de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, acusado pelos crimes de falsidade ideológica e fraude à licitação nas obras de construção do Museu do Trabalho, localizado no município. O juiz considerou não haver prova da existência do crime de fraude à licitação e que os fatos relacionados à falsidade ideológica não constituíram infração penal. 

18/02 - JUIZ AFASTA REITOR DE UNIVERSIDADE E AUTORIZA BUSCAS E APREENSÕES - O pedido formulado pelo Ministério Público Federal pedia o afastamento de A.A. do cargo de reitor da Universidade Brasil/Uniesp, bem como de qualquer outra função na referida entidade, por intimidar e ameaçar colaboradores e testemunhas no âmbito da Operação Vagatomia, da Polícia Federal. Ele teria ofendido autoridades públicas e intimidado potenciais testemunhas da Operação através de vídeos na internet. 

14/02 - MINERADORA É MULTADA EM R\$ 12 MILHÕES POR EXTRAÇÃO ILEGAL DE AREIA - O juiz federal Renato Barth Pires, da 3ª Vara Federal de São José dos Campos/SP, condenou a empresa Universo Extração e Comércio de Minérios Ltda-ME ao pagamento indenizatório em favor da União Federal no valor de R\$ 12,3 milhões, devido a extração irregular de cerca de 700 mil m³ de areia (aproximadamente um milhão de toneladas). 

13/02 - BRASILEIRO CONDENADO NO JAPÃO CUMPRIRÁ PENA NO BRASIL - O pedido de transferência feito pelo condenado baseia-se na Lei 13.445/2017, no Decreto 9.199/2017 e no Tratado Sobre Transferência de Presos entre os governos brasileiro e japonês promulgado em 2016, o qual permite que brasileiros condenados no país asiático cumpram pena no Brasil. Da mesma forma, existe a reciprocidade em relação a condenados japoneses no Brasil. 

12/02 - LIMINAR DETERMINA QUE VALO-

RES DO PEDÁGIO NA DUTRA NÃO SEJAM REDUZIDOS - A 5ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP julgou procedente o pedido liminar da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A (CCR NovaDutra) para manter os atuais valores cobrados do pedágio. A ação foi proposta pela CCR contra a União Federal e contra a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que havia determinado uma redução de 5,26% na tarifa básica de pedágio. 

11/02 - CAIXA TERÁ DE PAGAR INDENIZAÇÃO POR RECUSA EM DAR BAIXA NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - A Caixa Econômica Federal (CEF) foi condenada à obrigação de dar baixa na alienação fiduciária, com o adimplemento total do financiamento habitacional, de um imóvel cujo mutuário veio a falecer um ano após ter sido assinado o contrato com o banco. Além disso, terá de pagar uma indenização por danos morais à viúva e à filha do falecido no valor total de R\$ 20 mil. 

07/02 - COMPANHEIRO DE MULHER FALECIDA APÓS O PARTO TEM DIREITO A SALÁRIO-MATERNIDADE - A decisão foi concedida parcialmente em tutela antecipada. O pai pleiteava o benefício em seu nome, alegando que assumiu integralmente os cuidados com o filho recém-nascido. A companheira faleceu em 19 de outubro de 2019, no dia do parto do segundo filho do casal. 

04/02 - DENÚNCIA CONTRA LULA POR INVASÃO DE TRÍPLEX É REJEITADA - A 6ª Vara Federal de Santos/SP rejeitou denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à invasão por um grupo de pessoas de um apartamento triplex no Edifício Solaris, no Guarujá, litoral de São Paulo. A decisão, do dia 30/1, foi proferida pela juíza Liza Taubemblat. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

TRATADO BRASIL-JAPÃO SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS

Em julho de 2019, de acordo com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foram realizadas as primeiras transferências de pessoas condenadas que utilizaram o tratado entre Brasil e Japão sobre a transferência de pessoas condenadas. Firmado em Tóquio em 2014, o acordo entrou em vigor no Brasil em 2016 através do Decreto nº 8.718. Na ocasião, dois brasileiros, condenados pela Justiça japonesa, foram transferidos para terminarem o cumprimento de suas penas em território nacional e em localidade próxima de seus familiares.

O tratado nasceu com o objetivo de promover a justiça e a reabilitação social de pessoas condenadas, oferecendo a possibilidade de que brasileiros condenados no Japão e japoneses condenados no Brasil possam cumprir pena em seus países de origem.

Cabe ao DRCI a responsabilidade pelos procedimentos administrativos que viabilizam as transferências, além da análise de admissibilidade do pedido e monitoramento administrativo da execução da pena depois de efetivada a transferência.

Cumprir destacar que a transferência é voluntária, ou seja, somente ocorre a pedido da pessoa condenada. Além disso, existem requisitos previstos a serem cumpridos como, por exemplo, o fato de a sentença haver transitado em julgado.

Nesses casos citados, a transferência é considerada ativa. Isso ocorre quando brasileiros presos no Japão, cumprindo pena imposta por sentença estrangeira já transitada em julgado, solicitam ser transferidos para estabelecimento prisional no Brasil, próximo de seus familiares e de seu ambiente social. Já a transferência passiva contemplará presos japoneses no Brasil que venham a requerer o traslado para seu país de origem, a fim de cumprir o restante da pena a eles imposta pela justiça brasileira.



Adequação à lei brasileira

No início deste ano, uma solicitação de transferência de um condenado brasileiro chegou à 1ª Vara Federal em Araraquara/SP, remetida pelo Ministério da Justiça através de sua Coordenadoria de Extradução e Transferência de Pessoas Condenadas.

Foi então que teve início o trabalho da juíza Carla Abrantkoski Rister para validar e tornar passível de execução no Brasil a sentença proferida pela Justiça do Japão, envolvendo um brasileiro condenado à prisão perpétua. A decisão, proferida no dia 4/2, foi deferida com uma série de adaptações e adequações da sentença estrangeira à legislação brasileira e à Constituição Federal.

O sentenciado, nascido em São José do Rio Preto/SP, foi condenado em definitivo pela Justiça do Japão em 2004 pela prática de crimes de latrocínio, roubos, furtos, furto tentado e invasão de domicílio, além de permanência ilegal no

país, prevalecendo a pena de prisão perpétua com trabalhos forçados.

Após a análise detalhada de cada uma das penas aplicadas no Japão relativas aos crimes, a juíza as aplicou em cada fato criminal adaptando-as à legislação brasileira.

Em sua decisão, Carla Abrantkoski Rister ressaltou que “as penas de prisão perpétua e de trabalhos forçados são incompatíveis com a lei brasileira, de maneira que devem ser adequadas à legislação do Estado administrador da pena”. A magistrada enfatizou que “faz-se necessário ingressar na dosimetria como parâmetro para perquirir como seria a pena se tivesse sido aplicada sob a lei brasileira”.

A magistrada promoveu, ainda, a soma das penas, totalizando 41 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, sendo que desses foram descontados 17 anos, 1 mês e 18 dias já cumpridos pelo apenado no Japão. ■

ENTREVISTA COM O NOVO DIRETOR DO FORO

No dia 3 de março deste ano, o juiz federal Márcio Ferro Catapani deu início a uma nova etapa em sua carreira ao assumir o cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo para o biênio 2020-2022, juntamente com os juízes federais Letícia Dea Banks e Samuel de Castro, que ocupam, respectivamente, a Vice-Diretoria do Foro/capital e Vice-Diretoria do Foro/interior.

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (2000), com mestrado em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e doutorado em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (2011), Márcio Catapani foi pesquisador bolsista no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado - Unidroit (Roma) (2011-2012) e no Instituto Suíço de Direito Comparado - ISDC (Lausanne) (2013). É professor de Direito Comercial da Universidade Federal da São Paulo - UNIFESP e juiz titular da 6ª Vara Federal de Guarulhos/SP.

Márcio Catapani recebeu a Justiça em Revista com exclusividade e falou sobre as prioridades de sua gestão, os desafios impostos pela restrição orçamentária, gestão de pessoas e muito mais. Acompanhe:

Justiça em Revista - Quais são as suas expectativas sobre o cargo de diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo?

Márcio Catapani: desde dezembro do ano passado, vinha conversando com a juíza Luciana Ortiz e com os diretores das subsecretarias para me inteirar sobre o que estava acontecendo e quais são os principais problemas e expectativas da Seção Judiciária. Queremos, é claro, fazer um bom trabalho, dar mais um passo na direção de uma prestação jurisdicional mais efetiva e próxima da popu-

lação, mesmo cientes de todas as dificuldades que temos de enfrentar. Há uma série de projetos que temos e pensamos em desenvolver – alguns deles, inclusive, já iniciamos –, mas a pandemia do coronavírus, um fato absolutamente inesperado, obrigou-nos a diminuir o ritmo das atividades para fazer frente a esse novo desafio e resolver os problemas mais urgentes. Ou seja, os planos, infelizmente, não vão acontecer no ritmo que tínhamos planejado inicialmente.

JR - Quais são as prioridades de sua gestão?

MC: trabalhamos basicamente em três linhas de frente: 1) reduzir os custos com aluguel por meio da instalação de fóruns em prédios próprios, na medida do possível sem que haja compra. Buscaremos imóveis que já pertencem à União ou que podem ser compartilhados com outros órgãos por serem muito grandes para as suas necessidades; 2) tentaremos digitalizar o que resta do acervo físico da Seção Judiciária.

Para isso, esperamos obter recursos do CNJ; e 3) atuar sobre a gestão documental. Hoje temos em torno de 7 milhões de volumes arquivados e precisamos decidir o que fazer com eles por várias questões. Além de gerarem gastos, boa parte não tem mais razão de existir, seja porque já foram digitalizados ou sentenciados

e venceu temporalidade. Até por uma questão ecológica, é necessário dar um destino melhor a esse enorme volume de papel do que as prateleiras do arquivo.

JR - Como o senhor vê a Justiça Federal de São Paulo nos dias atuais?

MC: Acho que ela sempre teve um papel inovador entre as instituições, buscando soluções para a otimização do serviço jurisdicional. Isso já é algo marcante aqui em São Paulo. As gestões passadas tomaram boas medidas nesse aspecto, que temos acompanhado especialmente nos últimos quatro anos, e acredito que exista uma percepção de que nós temos contribuído bastante para modernizar a prestação dos serviços. Não podemos perder esse papel de protagonismo e devemos nos esforçar para mantê-lo.

JR - O que precisa ser aprimorado, mantido ou revisto na administração do órgão?

MC: Acho que tudo pode ser aprimorado sempre, mantendo as estruturas que estão funcionando, seguindo

Márcio Catapani





Vice-diretora do Foro Capital

Letícia Dea Banks Ferreira Lopes

Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal pela Escola Paulista da Magistratura (2000); defensora Pública da União (2001-2002); procuradora do INSS (2002-2007); juíza federal substituta da Subseção Judiciária de Tupã/SP (2007); juíza federal substituta da Subseção de São Paulo, no Fórum Criminal (2008-2013) e no Fórum das Execuções Fiscais (2014); juíza federal da 1ª Vara Federal/JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Registro/SP (2015/2016); juíza federal da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri/SP (2016-2017); juíza federal da 2ª Vara-Gabinete do Juizado Federal Especial de São Paulo (2017 em diante).



Vice-diretor do Foro/Interior

Samuel de Castro Barbosa Melo

Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2006-2007); mestre em Direito Tributário pela PUC de São Paulo (2013 - 2015). Foi procurador do Estado de Minas Gerais (2007-2008); procurador da Fazenda Nacional - PGFN (2008 - 2011); promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG (2011 - 2011); juiz federal substituto da Subseção Judiciária de São José dos Campos/SP (2011/2017); juiz federal coordenador da Central de Conciliação de São José dos Campos/SP (2012/2017); juiz federal substituto da 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Guarulhos/SP (2017/2017); juiz federal adjunto da Central de Conciliação de Guarulhos/SP (2017/2017); juiz federal titular da 1ª Vara Federal/JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Assis/SP (2018-2018); juiz federal titular da 1ª Vara Federal/JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Jaú/SP (2018).

com os projetos que estão em andamento e, é claro, iniciando outros novos, mas não devemos parar a máquina que vem funcionando bem.

JR - Como pretende enfrentar as restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016?

MC: Acredito que a maior parte do planejamento e da preparação do orçamento para este ano, que é especialmente difícil, já foi realizada pela gestão anterior, quando organizou as contas para 2020. O que pretendemos fazer é um acompanhamento rígido e minucioso da execução orçamentária, em especial dos gastos continuados, e assim superar este momento particularmente delicado e nos prepararmos para o ano seguinte. Queremos continuar investindo em energia fotovoltaica e manter, na medida do possível, um ritmo acelerado para a instalação de novas usinas nos fóruns. Temos, ainda, uma grande preocupação com eventual contingenciamento orçamentário imposto pelo Poder Executivo, tanto por conta do desempenho da economia quanto pela crise gerada pelo coronavírus.

JR - Como será a sua abordagem na gestão de pessoas?

MC: Uma questão que nos preocupa muito é a dificuldade na movimentação dos servidores. Com a diminuição do ingresso de novos concursados, fica cada vez mais difícil fazer a movimentação, o que gera uma insatisfação compre-

ensível entre todos. Estamos atentos a isso e tentaremos criar mecanismos que permitam satisfazer essa necessidade. Também verificamos problemas pontuais sobre a saúde dos servidores e a necessidade de melhorar o ambiente de trabalho e o bem-estar de todos. Na medida do possível, tentaremos instalar novos programas voltados para a saúde que permitam melhorar essa situação.

JR - Quanto à infraestrutura dos prédios, haverá algum tipo de investimento e/ou mudança?

MC: Basicamente pretendemos a troca de imóveis alugados por imóveis próprios, sempre que possível sem a necessidade de compra. Em relação às reformas, queremos efetivar as que estão previstas no plano de obras.

JR - Qual a sua opinião sobre a comunicação institucional do órgão, seja ela com o público interno ou dela com o público externo?

MC: Na comunicação interna, precisamos pensar numa forma de diminuir a quantidade de informações que chegam todos os dias, fazendo uma seleção daquilo que realmente interessa. O excesso de informativos dificulta a sua assimilação pelo destinatário. Acho que transmitimos um excesso de mensagens e isso dificulta a escolha do que realmente é importante. Com relação ao público externo, acredito que nossa comunicação é razoavelmente boa, observando que temos deficiências próprias do setor pú-

blico. Nesse ponto, verifico a necessidade de se criarem novos canais de comunicação com a população.

JR - Gostaria de acrescentar algo que considere importante?

MC: Em primeiro lugar é importante ressaltar que vamos investir no diálogo com outras instituições para prevenir demandas de forma coletiva e mais racional. Desta maneira, poderemos ter um fluxo de trabalho mais adequado. A segunda questão é a grande mudança que tivemos nos últimos anos na forma de tramitação dos processos, que passaram do papel para a plataforma digital. Nesse aspecto, precisamos analisar novos métodos de trabalho e estruturas internas, a exemplo do que foi feito em Santos com a implantação de uma Central de Processamento Eletrônico (CPE). Obviamente que são questões importantes e, por isso, estaremos sempre em colaboração com o TRF3 e as unidades judiciárias para enfrentar essa nova realidade. ■

BIBLIOTECA NO ESPAÇO DE INOVAÇÃO

Desde a inauguração do Espaço de Inovação e Inteligência da Justiça Federal em São Paulo, em 31/1, juízes, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados passaram a contar com mais um local para leitura e empréstimo de livros. Trata-se de uma área instalada no 11º andar do Fórum Ministro Pedro Lessa, na capital paulista, vinculada ao Núcleo de Biblioteca (NUBI).

biblioteca do Espaço de Inovação e Inteligência é exclusiva para magistrados, servidores, terceirizados e estagiários, não sendo permitida a entrada ou o empréstimo de material por usuários externos.

O atendimento no 11º andar é feito diretamente com os servidores do NUBI que lá estão. Assim como ocorre com o empréstimo de livros jurídicos, é



Luiz Guilherme Martins, diretor do NUBI, explica que a ideia inicial era transferir toda a estrutura da Biblioteca, localizada no 2º subsolo do mesmo prédio, para o 11º andar. Porém, como o espaço ocupado pelo acervo jurídico era muito grande, a solução encontrada foi dividir a área em duas partes. Com isso, os livros jurídicos permaneceram no local onde já estava a Biblioteca e aqueles relacionados à inovação, comunicação, gestão do conhecimento e tecnologia foram transferidos para o 11º andar.

“Aproveitamos que o novo espaço é uma área de importância social e também trouxemos a biblioteca de lazer, com livros internacionais e de literatura brasileira para que o público interno tenha acesso a esse material”, acrescenta Luiz.

O horário de funcionamento para empréstimos no 11º andar é das 9h30 às 19h e para estudos é das 12h às 19h. A

necessário fazer um cadastro no sistema da biblioteca. O prazo para empréstimo de livros jurídicos, de inovação, administração etc. é de uma semana e há renovação automática por até cinco semanas. Já os livros de lazer podem ser emprestados por um mês e também renovados, estan-

do disponíveis para servidores, magistrados, estagiários, terceirizados e aposentados. Apenas os livros jurídicos podem ser emprestados para o público externo, desde que sejam devolvidos no mesmo dia.

Um detalhe importante é que o Centro de Justiça Restaurativa - Cejure ocupa o mesmo espaço que a biblioteca do 11º andar. Por isso, a pessoa interessada em usar a sala para leitura ou em-



préstimo de livros deve verificar previamente a agenda de reuniões do Cejure que ocorrem periodicamente, clicando no link <http://www.jfsp.jus.br/justica-restaurativa/>.

“É importante que todos saibam que o acesso ao espaço do 11º andar é tão inclusivo quanto o da já conhecida biblioteca no 2º subsolo, que também passou por reforma, troca de mobiliário e está ainda mais convidativa.

Ambos os espaços possuem área de leitura e, junto ao acervo do 11º andar, foi concebida uma área de paisagem criada pela servidora Aparecida Rangel Ramos, que fez um trabalho belíssimo. Convidamos a todos para conhecer o nosso Espaço de Inovação e Inteligência e também a visitar a biblioteca do 2º subsolo. Venham!”, conclui Luiz Martins. ■

Áreas instaladas no Espaço de Inovação e Inteligência

O espaço abriga a equipe da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação (UCIN), que engloba as Seções do Laboratório de Inovação (iJuspLab) e de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social, os Núcleos de Comunicação Social, Escola de Servidores, Biblioteca e Inovação Tecnológica, além do Centro Local de Inteligência e o Cejure. O Espaço de Inovação está localizado na Av. Paulista, 1682, – 11º andar - Bela Vista - São Paulo/SP.

Para mais informações acesse a página da biblioteca
www.jfsp.jus.br/bibliotecas

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NOS FÓRUNS DO INTERIOR

Pensar de forma sustentável, agir de forma responsável e criar conceitos de vida que não agridam o meio ambiente são medidas que, além de beneficiar o planeta, geram economia de gastos. No mundo atual, organizações que adotam tais práticas ganham respeito e credibilidade na sociedade, sendo reconhecidas pelo seu esforço na busca de um futuro melhor.

Nas organizações públicas não poderia ser diferente. Por meio da Portaria nº 133/2018, foi instituído no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Comitê Interinstitucional, destinado a avaliar a integração das metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU.

Por isso, compartilhar ideias e iniciativas que visam à preservação dos recursos naturais e valorizam o meio ambiente é uma medida importante nesse processo de conscientização. Veja a seguir algumas iniciativas adotadas por subseções do interior e litoral na Seção Judiciária de São Paulo:

Araraquara

Devido à campanha de substituição de copos plásticos em todas as unidades da JFSP, magistrados e servidores do Fórum de Araraquara passaram a utilizar os copos de vidro e xícaras fornecidas pela instituição. Alguns também trouxeram sua caneca de casa e, após sugestão do servidor Vinícius Gueleri, tiveram a ideia de criar uma caneca personalizada com a caricatura de cada um. “Enviamos as fotos para uma empresa aqui de Araraquara e adoramos o resultado! Outros servidores e juízes que não tinham feito a ‘CariCaneca’ gostaram da iniciativa e também se mobilizaram para adquirir a sua”, disse Ana Paula Moraes, diretora do NUAR de Araraquara.

Barueri

O Fórum de Barueri foi o primeiro da Seção Judiciária de São Paulo a instalar uma usina fotovoltaica. Estima-se a geração anual de 18.000 kWh, o que deve trazer uma economia da ordem de R\$ 110

mil, cerca de 75% do gasto anual do Fórum com energia elétrica. Estudos para a implantação de usinas fotovoltaicas em outros fóruns já estão em andamento.

Caraguatatuba

Em Caraguatatuba foi confeccionado um coletor de materiais recicláveis e de resíduos orgânicos. As ferramentas e materiais utilizados foram emprestados/doados pelo diretor administrativo Luiz Cesar Reis e a confecção feita pelo oficial de manutenção Eduardo Santos, a partir de uma estrutura metálica reaproveitada e de sobras de placas ecológicas. A estrutura metálica foi tratada com fundo anticorrosivo e pintada para afixação dos cinco coletores com capacidade de 50 litros cada. Os trabalhos duraram uma semana.

Itapeva

Em 2011, foi realizada a canalização dos drenos para direcionar a água que escoava dos aparelhos de ar-condicionado para duas caixas d’água de 250 litros. Em aproximadamente cinco dias as caixas ficam cheias, resultando no armazenamento de 500 litros de água para serem utilizados na limpeza do Fórum, reduzindo o consumo em aproximadamente 70%. Para a economia de energia elétrica, foram adotadas, em 2016, medidas como o desligamento parcial de lâmpadas/luminárias; aproveitamento da iluminação natural; realocação de pessoal para reduzir a ocupação de salas e mudanças no horário de acionamento do ar-condicionado.

Limeira

Em 2017, servidores do Fórum de Limeira plantaram oito árvores no estacionamento do prédio para compensar a utilização de papéis utilizados na impressão do material no curso de capacitação de conciliadores e mediadores do TRF3. “Nos sentimos muito felizes por contribuir para um meio ambiente ecologicamente equilibrado”, afirmou Letícia Guimarães, supervisora da Cecon.

Mogi das Cruzes

Em janeiro deste ano, todas as lâmpadas fluorescentes foram substituídas por LED. “Temos também a campanha das tampinhas, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do município. Já recolhemos dois sacos de lixo de 100 litros com tampinhas e entregamos na prefeitura”, disse o diretor administrativo Fábio Neves.

Presidente Prudente

“Estamos fornecendo copos retornáveis às unidades do Fórum para eliminar o consumo de copos descartáveis. Outra medida é a coleta seletiva de lixo, visando o encaminhamento dos materiais recicláveis a cooperativas de catadores. Também possuímos lâmpadas de LED que diminuem o consumo de energia elétrica” - José Alessandro Ribeiro, diretor administrativo.

São José dos Campos

Servidores organizaram uma horta orgânica e um pomar comunitários, irrigados com captação de água da chuva. A ideia surgiu pelos funcionários contratados, que localizaram um canteiro inutilizado no Fórum e queriam usar o espaço para essa finalidade. “Achei a ideia muito bacana e financeiei as primeiras plantações, além de conseguirmos algumas doações. Além da horta e do pomar, também temos um orquidário com 20 unidades enxertadas nas árvores do estacionamento”, disse a diretora do NUAR, Nilene Avarenga.

Tupã

“Todas as sextas-feiras, ao término do expediente, fazemos o desligamento da energia de todos os bebedouros do prédio. Voltamos a religá-los na segunda-feira de manhã. Assim evitamos que o motor dos aparelhos fique trabalhando durante o fim de semana” – Douglas Ortega, diretor administrativo. ■

DIGA NÃO AO SEDENTARISMO



O sedentarismo está entre os principais fatores de risco que ameaçam a nossa saúde. Definido como a falta ou redução de atividades físicas e esportivas, que resulta em um gasto calórico reduzido, o problema está relacionado às questões como obesidade e doenças cardiovasculares. Um estudo da The Lancet Global Health (<https://www.thelancet.com/journals/langlo/home>) aponta o Brasil como o país que possui o quinto pior índice de sedentarismo no mundo, especialmente entre as mulheres.

É considerada sedentária uma pessoa que gasta menos de 2.200 calorias durante uma semana, não apenas pela falta de práticas esportivas, mas também de atividades do dia a dia, como tarefas domésticas e caminhadas.

As comodidades trazidas pelos avanços tecnológicos aliados ao estilo de vida atual adotado pela população global são fatores que contribuem para o aumento do problema que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é a 4ª maior causa de mortes no mundo.

Se por um lado existem potenciais prejuízos à saúde do sedentário, de ou-

tro estão os efeitos benéficos para quem pratica uma atividade física regularmente. Esses aspectos surgem como excelentes motivadores para começar a se exercitar. É comum, no entanto, que pessoas desacomodadas à prática de exercícios físicos sintam dificuldades para iniciar e manter a prática da atividade física e acabem desistindo da mudança.

Em muitos casos, a falta de planejamento pode conduzir a pessoa a certas armadilhas como escolher uma modalidade com a qual não se identifique, não adaptar os horários dos exercícios à rotina do dia a dia ou a busca de metas impossíveis de serem alcançadas.

Adquirindo um novo hábito

Antes de começar essa mudança é importante uma boa avaliação médica através de exames, para excluir atividades que possam gerar risco, de acordo com o seu condicionamento físico atual. O passo seguinte é a busca em adquirir o hábito de se exercitar e mantê-lo ao longo de sua vida.

Vários especialistas no assunto

acreditam que a melhor opção é escolher entre alguma atividade que se goste de fazer e cuja prática promova bom nível de prazer ou diversão. Esse fator é fundamental para manter a atividade visando o médio e longo prazo. Isso significa que até mesmo as pequenas atividades como subir uma escada ou mexer com plantas no jardim são importantes para a saúde do corpo e auxiliam no seu bom funcionamento.

De acordo com a OMS, é recomendável que as pessoas pratiquem pelo menos 150 minutos de exercícios aeróbicos de intensidade moderada por semana, podendo ser divididos, por exemplo, em cinco sessões de 30 minutos. Assim, aqueles que não gostam de “malhar” em academias, podem aderir às atividades como caminhar no parque, andar de bicicleta ou nadar.

Outro ponto importante é ter em mente que os resultados positivos podem não ser imediatos, mas com o tempo compensam amplamente o esforço realizado. Passar a ter um estilo de vida ativo trará benefícios como a perda de peso e mudanças físicas como o aumento da resistência durante os exercícios, melhoria da flexibilidade, perda de gordura e o aumento da massa muscular.

Embora não seja obrigatório, o auxílio de um preparador físico ou de um professor que trabalhe dentro de uma academia também pode ajudar o indivíduo, sobretudo no início, na jornada para vencer o sedentarismo. Um professor, pelo conhecimento que possui, indicará uma carga de exercícios individualizada e adequada à sua idade e às condições atuais de seu corpo. ■

A JUSTIÇA NO CINEMA

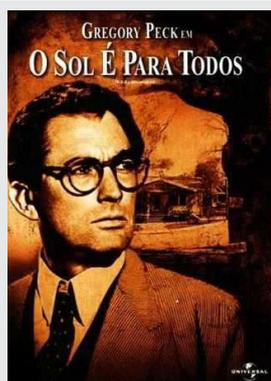
A vida imita a arte ou arte imita a vida? O paradoxal ditado popular é sempre evocado quando a realidade é retratada na ficção ou vice-versa. A sétima arte explorou bem os dramas humanos do cotidiano, em especial, aqueles relacionados ao Direito. A Justiça é fonte rica de boas histórias, desde o início do cinema, seja retratando a vitória do fraco sobre o opressor ou questionando a falta dela.

O tema é sempre representado como um pilar fundamental de uma sociedade justa. O princípio da Justiça

é buscar a igualdade entre todos e o cinema foi um meio de comunicação em massa que popularizou frases que são a base do Direito, como exemplo: “todos são iguais perante a lei”. São julgamentos, investigações criminais, ações envolvendo grandes corporações e cidadãos comuns, ocorrências intrincadas onde questões éticas ganham os holofotes, tendo como protagonistas os agentes que compõem o meio jurídico, transmitindo a ideia de que um mundo melhor é possível quando há Justiça.

Boa parte dos filmes disponíveis

se baseiam no Direito anglo-saxônico e no norte-americano, ao contrário do Direito Romano, praticado no Brasil. Apesar de Hollywood produzir grande parte do entretenimento no mundo, temos bons exemplos de filmes nacionais que estão mais próximos da nossa realidade jurídica, mas isso não é o mais importante, afinal histórias com valor humano são universais. Bons exemplos não faltam e separamos alguns filmes que valem a pena ser assistidos com sua pipoca e, em alguns casos, com um lenço para conter as lágrimas. ■



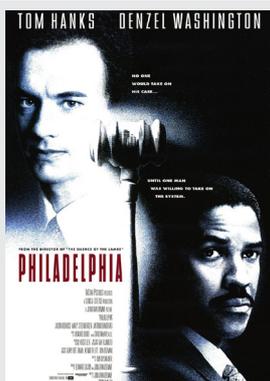
O Sol é para Todos
(EUA - 1962)

Um jovem negro foi acusado de estuprar uma jovem branca. Atticus Finch (Gregory Peck), um advogado extremamente íntegro, concorda em defendê-lo, apesar de boa parte da cidade ser contra sua posição.



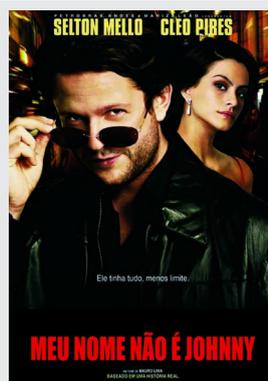
12 Homens e uma Sentença
(EUA - 1957)

Um jovem porto-riquenho é acusado de um brutal crime: ter matado o próprio pai. Quando ele vai a julgamento, doze jurados se reúnem para decidir a sentença, levando em conta que o réu deve ser considerado inocente até que se prove o contrário.



Filadélfia
(EUA - 1994)

Andrew Beckett (Tom Hanks) é um promissor advogado que trabalha para um tradicional escritório, mas após descobrirem que ele é portador do vírus da AIDS, Andrew é demitido. Ele contrata os serviços de Joe Miller (Denzel Washington), um advogado homofóbico. Durante o julgamento, Miller é forçado a encarar seus próprios medos e preconceitos.



Meu Nome não é Johnny
(Brasil - 2008)

João Estrella (Selton Mello) nasce em uma família de classe média do Rio de Janeiro, mas torna-se um grande vendedor de drogas na cidade. A partir da sua prisão, acompanhamos a análise da juíza federal que deve julgá-lo como traficante ou usuário, com base nos depoimentos e provas criminais.



Em Nome da Lei
(Brasil - 2016)

Vitor (Mateus Solano) é um jovem juiz federal recém-chegado na cidade de Fronteira, disposto a desmontar um esquema de contrabando e tráfico de drogas na região. O filme foi inspirado em um juiz federal aposentado de Mato Grosso do Sul. ■



EVENTOS E CULTURA



SPCINE PLAY

A Spcine Play é a única plataforma pública de streaming do Brasil e está disponibilizando o seu conteúdo gratuitamente por período indeterminado. O conteúdo fica acessível simultaneamente aos eventos e segue disponível na plataforma. A Spcine Play também exibe conteúdos exclusivos da programação cultural da cidade de São Paulo para assistir sem sair de casa. Além disso, dá para encontrar raridades de cineastas clássicos do cinema brasileiro, como Hector Babenco, Zé do Caixão e Suzana Amaral. 🌐



LOUVRE VIRTUAL

O Museu do Louvre, em Paris, conta com visita virtual em algumas salas e galerias. Vale lembrar que as orientações para a visita virtual são em inglês. Entre as salas liberadas está boa parte do pavilhão do Egito, um dos mais curiosos do museu. 🌐



CASA DE PORTINARI

O museu Casa de Portinari apresenta seu tour virtual. Antiga residência de Cândido Portinari, em Brodowski/SP, o museu representa a forte ligação do artista com sua terra natal, origens e laços familiares. Trata-se do local onde ele realizou suas experiências com pinturas murais e se aprofundou na técnica ao longo dos anos. 🌐



MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

O MIS, através de sua plataforma online, apresenta ao público um instrumento para a exploração dos milhares de itens que compõe os acervos museológico e bibliográfico, baseado em um banco de dados desenvolvido especialmente para o museu. Muitas vezes é possível amplo acesso ao conteúdo de coleções de fotografia, áudio e vídeo. 🌐



DOMÍNIO PÚBLICO

O site Domínio Público é uma plataforma que promove acesso a obras literárias, artísticas e científicas em formato de textos, áudios, imagens e vídeos. Todas elas são de domínio público ou possuem a divulgação autorizada. Alguns bons exemplos são os livros clássicos de outros países como A Divina Comédia, de Dante, A Metamorfose, de Kafka, Dom Quixote I e II, de Miguel de Cervantes e também Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Olavo Bilac, Castro Alves, Augusto dos Anjos e Machado de Assis. 🌐

🌐 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES

A TOGA E A BECA VESTES TALARES**Assunto:** Jurídico**Autora:** Kátia Oliveira Albuquerque

A obra é baseada em estudos realizados pelo professor de história António Manuel Nunes, da Universidade de Coimbra. A autora aborda a tipologia das vestes, os seus

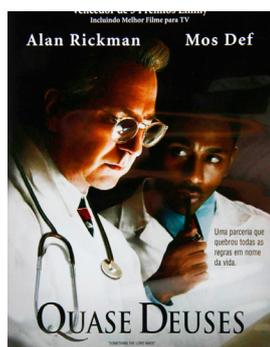
atores, os hábitos ao longo da história, desde a Roma antiga até a colonização do Brasil, caracterizando uma homenagem ao Judiciário brasileiro. O livro aborda a influência da igreja e das universidades no processo que consolidou o uso das vestes talares, em mais de dois mil anos de história. A autora também reúne informação documental e iconográfica sobre as vestes e traz um olhar sobre a presença feminina nas funções judiciárias. Kátia Albuquerque é bacharel em Direito e em Administração de Recursos Humanos, especialista em Gestão Empresarial.

**(DES)CODIFICANDO O DIREITO PENAL PARTE GERAL****Assunto:** Jurídico**Autor:** Eduardo Silveira Ladeia

A obra é destinada a estudantes e profissionais da área jurídica que já possuam conhecimento sobre o assunto e que necessitem rever a matéria. A elaboração de planilhas visa

facilitar o acesso do leitor ao assunto desejado, permitindo a atualização sobre o tema. “Tudo começou quando ainda estava na Faculdade de Direito em 2001 e costumava elaborar os resumos das aulas, cujo material foi sendo aprimorado com o passar dos anos, especialmente durante a fase dos concursos”, explica o autor. Eduardo Silveira Ladeia é defensor público no estado de Mato Grosso do Sul, cargo que ocupa desde 2013. Também foi procurador municipal, assessor de juiz de direito e atuou como advogado.

HOME VÍDEO

**QUASE DEUSES****1h 50min / Biografia, Drama****Direção:** Joseph Sargent**Elenco:** Kyra Sedgwick, Alan Rickman e Charles S. Dutton**Nacionalidade** EUA

Nashville, 1930. Vivien Thomas (Mos Def) é um hábil marceneiro negro, que é demitido com a

chegada da Grande Depressão. Thomas consegue emprego de faxineiro, trabalhando para Alfred Blalock (Alan Rickman), um médico pesquisador que logo descobre que ele tem uma inteligência privilegiada e que poderia ser melhor aproveitado no laboratório. Blalock acaba se tornando o cirurgião-chefe na Universidade Johns Hopkins, onde está pesquisando novas técnicas para a cirurgia do coração. Os dois acabam fazendo uma parceria incomum e às vezes conflitante, pois Thomas nem sempre é reconhecido, já que não era médico. Baseado em fatos reais.

CINEMA

**MULAN****Lançamento:** julho de 2020 /**Aventura, Família****Direção:** Niki Caro**Elenco:** Yifei Liu, Donnie Yen e Jason Scott Lee

Hua Mulan (Liu Yifei) é a espirituosa e determinada filha mais velha de um honrado guerreiro. Quando o imperador da China emite um decreto para que um homem de cada família sirva no exército imperial, Mulan decide tomar o lugar de seu pai, que está doente. Assumindo a identidade de Hua Jun, ela se disfarça de homem para combater os invasores que estão atacando sua nação, provando-se uma grande guerreira. Filme live-action da animação da Disney de 1998.

Fonte: Adoro Cinema



WEB RÁDIO EM TEMPO

MÚSICA E INFORMAÇÃO

ACESSE

intranet.jfsp.jus.br/webradio/